

Água tratada não garante a saúde da população

Christovam Barcellos*

A necessidade de fornecer água com quantidade e qualidade adequadas, e ao mesmo tempo recolher e tratar os dejetos humanos é consequência do processo de urbanização e do adensamento humano. A urbanização tem o duplo papel de permitir um maior acesso a diversos serviços públicos e, simultaneamente, promover um aumento de interações entre agentes infecciosos e populações, aumentando o risco à saúde de pessoas sem estes serviços.

É importante refletir e tentar buscar soluções e planos de ação para melhorar a qualidade da água consumida, uma vez que se esta não for adequada poderá ocasionar graves danos à saúde. Água contaminada pode transmitir doenças como diarreia, hepatite A, dengue, cólera e esquistossomose, entre outras.

O documento "Água e Saúde" da OPAS de 2001 traz alguns números alarmantes. Aponta que 80% de todas as doenças e pelo menos um terço das mortes nos países em desenvolvimento estão associadas à falta de qualidade da água. Esta informação, ao mesmo tempo em que evidencia a gravidade do problema da falta de saneamento, desvia o foco das ações, concentrando o problema no acesso ao abastecimento de água.

De fato, a maior parte dos relatórios sobre a situação do saneamento, inclusive no País, é baseada em indicadores como a cobertura da rede de água e coleta de esgoto, sem considerar indicadores epidemiológicos ou sócio-econômicos. Não basta coletar o esgoto. Ele deve ser tratado antes de voltar para a Natureza, pois pode poluir fontes de água pura. No Brasil é, no mínimo, contraditório que se observe um aumento da cobertura dos serviços de abastecimento de água, que alcança hoje 91,3% da população urbana, segundo dados da PNAD de 2002, mas que ao mesmo tempo sejam tão freqüentes as doenças de veiculação hídrica.

Outros indicadores devem ser considerados para analisar a situação do saneamento dentro do quadro de complexidade existente hoje nas cidades e no meio rural. Nesta perspectiva, encontra-se a vigilância ambiental em saúde, que é apoiada no controle de fontes ambientais de risco, da exposição e dos efeitos adversos sobre saúde. Uma das tarefas primordiais para o estudo da relação entre ambiente e saúde é a seleção de indicadores para esses níveis de manifestação dos problemas ambientais.

Estes componentes devem ser combinados para se definir uma estratégia eficaz para a prevenção ou pelo menos a redução do impacto dos problemas ambientais. A construção desses indicadores depende de um conjunto de sistemas de informações, como meios que permitem a coleta, o armazenamento, o processamento e a recuperação de dados. Nesse sentido, atualmente, a construção desse sistema de indicadores está centrada, na avaliação da qualidade de vida tanto na sua dimensão ambiental como social.

No Brasil, a maior parte da população urbana vem obtendo acesso à água por meio da expansão de redes de abastecimento, sem que seja promovida a coleta e tratamento de esgoto e lixo. A combinação entre a universalização do acesso a rede de abastecimento de água e a crescente vulnerabilidade das fontes superficiais e subterrâneas de água pode, em vez de proteger a população, magnificar os riscos à saúde por meio da ampliação da população exposta a agentes químicos e biológicos.

A proteção à saúde é colocada invariavelmente como uma das conseqüências benéficas do saneamento. A demonstração epidemiológica desta relação é, no entanto, de difícil verificação, devido ao grande número de variáveis envolvidas no processo de determinação das doenças. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) todas as pessoas, em quaisquer estágios de desenvolvimento e condições sócio-econômicas, têm o direito de ter acesso a um suprimento adequado de água potável e segura. A OMS define como “segura” a água que não represente um risco significativo à saúde. Neste contexto, na medida em que o intuito de todos os governos é melhorar a qualidade da saúde pública, torna-se imprescindível que tais condições sejam levadas em consideração para o estabelecimento e a manutenção dos programas de qualidade de água e seu abastecimento.

Segundo informações do relatório “Situação Global de Suprimento de Água e Saneamento” de 2000, elaborado pela OMS em conjunto com a Unicef, mais de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo não têm condições aceitáveis de saneamento e outro 1,1 bilhão não tem acesso a um abastecimento de água adequado. Ainda segundo este relatório, nos países em desenvolvimento esta situação também ocorre – ou seja, aproximadamente um quarto dos 4,8 bilhões de pessoas do mundo não dispõem de acesso a fontes adequadas de água.

A água é uma necessidade básica da humanidade. Sua contaminação ou escassez comprometem a existência humana. Saneamento básico, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo são direitos dos cidadãos e itens imprescindíveis para a qualidade de vida.



***Christovam Barcellos é geógrafo formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz. Atua na pesquisa e ensino de Geografia da Saúde com ênfase em Vigilância em saúde.**